A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Lara Cristina Evaristo Rodrigues[1]

INTRODUÇÃO

Este estudo apresentaanálisesdos impactos do neoliberalismo e da relação público-privado nas políticas de educação especial e na formação docente. A educação pública tem ocupado um lugar de destaque nos projetos atuais do setor privado. Seguindo a mesma lógica do neoliberalismo, o setor privado mercantil quer o Estado apenas como um provedor de recursos públicos, e não como o gestor.

Quando o Estado interfere no gerenciamento da educação pública, os desafios da escola se efetivam ainda mais, principalmente quando tratamos da educação especial como modalidade de ensino, pois, ela direciona suas ações para o atendimento educacional especializado – AEE, que é prestado aos alunos do ensino regular de forma complementar ou até mesmo suplementar. Para atender essa demanda da educação especial, o Estado investe cada vez mais, seus recursos públicos em iniciativas privadas para formar professores em massa, e que muitas vezes, não conseguem atender as diferenças que se encontram dentro da escola.

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO

Os debates entre a relação público-privado e a educação se intensificaram nos últimos anos, mas historicamente falando, essa relação cresceu desde meados de 1990, quando alterações políticas e econômicas chegaram até o coração da escola pública. Esclarecendo assim, a quantidade

[1] Mestranda em Educação. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia – MG. E-mail: laraevaristo2@gmail.com.

de sistemas privados ligados ao Estado, existentes atualmente e que se dedicam a modificar o campo da formação docente alimentando falsas ideias de autonomia e liberdade.

Desde a década de 1990, a educação no Brasil é considerada um serviço não exclusivo do Estado, podendo transformar-se em Organização Social (OS), recebedora de recursos do orçamento público mediante a assinatura de contrato de gestão e com autonomia para fechar acordos e parcerias com instituições privadas, tornando-se organizações públicas não estatais (BRASIL, 1995).

A inserção do setor privado na educação pública brasileira tem diferentes faces, mas pode ser identificada em vários âmbitos, seja na organização da administração escolar com a presença de organizações sociaisou na aquisição de materiais pedagógicos pelos estados ou municípios. É interessante lembrar que, ao mesmo tempo em que o poder público reconhece a inserção da lógica privada em seu setor como uma parceria, para o privado, o mesmo é visto como uma técnica fundamental de sobrevivência.

No contexto brasileiro, o repasse das políticas sociais ao Terceiro Setor, que são um conjunto de ações "voluntárias" desenvolvidas para a sociedade, por organizações privadas não-governamentais, ou seja, sem objetivo de lucro, mas que podem firmar parcerias e receber investimentos do setor público, e que denominamos de "Terceiro Setor Mercantil" (PERONI, 2015), é uma das estratégias utilizadas pelo Estado, abrindo espaço para a atuação dessas instituições como ONGs, fundações, institutos e, organizações sociais.

Essas considerações permitem evidenciar que os sistemas privados se tornam modelos para o setor público, concordando com(FONTES, 2018) ao problematizar que inúmeras vezes, "a 'gestão privada eficaz' envolve a suposição de que há uma qualidade distinta nos empresários: eles seriam melhores, mais eficientes e mais eficazes por seus resultados", naturalizando a ideia de que a parceria público-privada precisa de fato existir pois, o serviço público educacional sozinho é menos eficiente. Partindo assim do pressuposto neoliberal que coloca o Estado em crise e não o capitalismo.

O tema tem gerado muito debate em nível nacional e, na justificativa de sua atuação, a lógica privada está cada vez mais organizada para conseguir gerir as políticas públicas educacionais, expondo problemas na qualidade de ensino com o objetivo de assumir tarefas do setor público.

INTERESSES PRIVADOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E FORMAÇÃO DOCENTE

No Brasil, a inclusão tornou-se um ideal a ser conquistado, após o Estado entender que ela atende de forma eficiente aos princípios do sistema político e econômico, no qual hoje conhecemos como neoliberal. Nesse ponto de vista, os princípios da educação inclusiva servem apenas para fortalecer o sistema político e econômico, no qual só o que importa é incluir todos em uma espécie de mecanismo educacional.

Colocando as informações em uma linha histórica, a participação do setor privado na oferta de atendimento público da educação especial, foi reconhecida e justificada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (BRASIL, 1995). A partir dessa reforma, foi elaborado o Marco Legal do Terceiro Setor, no qual as instituições especializadas de caráter assistencial voltadas para a educação especial, foram consideradas como organizações não governamentais – ONGs, sendo inclusive, citadas como parceiras do Estado nos Planos Nacionais de Educação – PNE. No (BRASIL, 2001) é certificadoque

> Certas organizações da sociedade civil, de natureza filantrópica, que envolvem os pais de crianças especiais, têm, historicamente, sido um exemplo de compromisso e de eficiência no atendimento educacional dessa clientela, notadamente na etapa da educação infantil. Longe de diminuir a responsabilidade do Poder Público para com a educação especial, o apoio do governo a tais organizações visa tanto à continuidade de sua colaboração quanto à maior eficiência por contar com a participação dos pais nessa tarefa. Justifica-se, portanto, o apoio do governo a essas instituições como parceiras no processo educacional dos educandos com necessidades especiais.

Analisando a meta 4 do PNE de 2014, é possível notar que as parcerias

público-privadas são meramente estimuladas pois, as estratégias da meta 4 do (BRASIL, 2014)firmam

> 4.17. promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral [...];
> 4.18. [...] visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível [...];
> 4.19. [...] a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

Sendo assim, mesmo que na Educação Especial a política inclusiva esteja matriculando a população alvo dessa modalidade educacional nas escolas regulares, e o atendimento esteja ocorrendo principalmente nas escolas públicas, as instituições com atuação exclusiva na educação especial, que atendem majoritariamente aos alunos matriculados em escolas especiais, estão recebendo recursos públicos de forma gradativa.

A expansão do setor privado ocorreu de forma rápida, principalmente, por receber recursos públicos. Com o tempo a lógica privada também percebeu que a formação de professores seria vantajosa e investiu-se nela, formando professores em massa, desconstruindo sua essência docente e tornando-os imitadores de suas propostas.

O setor criou parcerias público-privadodedicadas a formação docente em forma de institutos, fundações, ONGs, etc, promovendo a formação inicial e continuada de professores. O que para eles é vantajoso, para o magistério é a criação de um novo formato docente, o professor "gerenciado". Ou seja, torna-se uma forma de conter a classe trabalhadora e inviabilizar a consciência política desse profissional. É importante destacar que, quase trinta anos após os primeiros passos da relação público-privado no país, os professores, mais do que nunca, se tornaram alvos do bombardeio em que as parcerias tem promovido contra a escola pública.

CONSIDERAÇÕES

Apresentei neste artigo, alguns indicadores que auxiliam no debate sobre como o privado redefine papéis que deveriam ser do Estado e que modificam a democratização da escolapública. Na educação especial, a lógica privada esteve constantemente presente nas políticas públicas educacionais, sempre como característica a ideia de ser uma parceria assistencialista e de "caridade" em relação as pessoas com deficiência. Na formação docente, o setor interfere como formador, no intuito de capturar lideranças e moldá-las, ou seja, com o objetivo de apagar a militância docente.

As questões levantadas até aqui, mostram que essa relação entre a lógica privada e o setor público, seja a partir de parcerias ou por outras formas de gestão, acontece "mediante a instalação de uma série de ferramentas de mercado no próprio funcionamento da política pública e da escola" (CAETANO, 2018, p. 120). Assim, a proposta neoliberal coloca a campo educacional em um livre mercado, alimentando uma ideia de que o setor privado é sinônimo de qualidade.Nela, a educação especial passa a falsa ideia de liberdade e inclusão, mesmo em tempos de políticas de educação inclusiva. Enquanto a formação de professores torna-se utilitarista, e o seu papel passa a ser ressignificado. Nesse contexto, é importante ressaltar a relevância da pesquisa para o tema, que precisa com urgência ser discutido, analisado e consequentemente modificado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 10.172, de 9/01/01. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm> Acesso em: 20 de junho de 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, 1995.

CAETANO, M. R. Lógica privada na educação pública, redes globais e a formação de professores. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 1, p. 120-131, jan./abr. 2018.

FONTES, V. Sociedade civil empresarial e a educação pública – qual democracia? **XXII Encontro Estadual do Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo**. 2018.

PERONI, V. M. V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. *In*: _____ (Org.). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 15-34.